

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 21/09/2016

- [MPF processa Google por publicidade infantil ilegal no Youtube](#)
- [Déficit de vagas em creches é um dos desafios para os candidatos do Recife](#)
- [Brasil Alfabetizado será ampliado em 2017 e atenderá 250 mil jovens e adultos](#)
- [Educação aprova obrigatoriedade de tradutor de Libras em sala de aula](#)
- [Psicóloga e mãe adotiva faz palestra em Paulista sobre sexualidade infantil](#)
- [Colégio no Rio de Janeiro libera saia para meninos](#)
- [Dois adolescentes detidos por falso alerta terrorista em Paris](#)
- [Alemanha prende refugiado adolescente por suposto elo com Estado Islâmico](#)
- [Paulista - MPPE recomenda afastamento de coordenadora de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes](#)
- [Funase e UFPE realizam Seminário](#)

**Assunto:** MPF processa Google por publicidade infantil ilegal no Youtube

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 21/09/2016



O Ministério Público Federal (MPF) anunciou hoje (20) que ingressou com ação civil pública contra a empresa Google Brasil Internet Ltda por irregularidades relacionadas à publicidade infantil no seu canal Youtube. Os direitos de crianças e adolescentes estaria sendo violados.

Segundo o MPF, o canal Youtube tem diversos vídeos postados por particulares que são protagonizados por crianças de até 12 anos de idade.

"Quando atingem grande número de visualizações, os youtubers mirins tornam-se pequenas celebridades. Em decorrência dessa exposição, acabam atraindo a atenção do mercado, que as faz atuar como promotoras de vendas, protagonizando anúncios comerciais de produtos dirigidos ao público infantil",



Segundo o MPF, o canal Youtube tem diversos vídeos protagonizados por crianças de até 12 anos de idade

explicou o MPF em nota.

Ao utilizarem crianças para promover produtos, os responsáveis pelos vídeos estariam infringindo a lei. Isso porque, conforme a nota do MPF, a publicidade na forma de *merchandising* protagonizada por crianças ou a elas destinada é proibida no Brasil por ser considerada potencialmente abusiva, por ser um público altamente suscetível a apelos emotivos e subliminares. "As crianças não têm maturidade suficiente para discernir entre fantasia e realidade ou para resistir a impulsos consumistas".

Embora não exista uma lei específica sobre publicidade infantil no Brasil, a ação se baseia em dispositivos legais presentes na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu artigo 37, considera abusiva a publicidade que "se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança" e, no artigo 39, proíbe que o fornecedor de produtos ou serviços se prevaleça da "fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade".

Com base nesses dispositivos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) editou em 2014 uma resolução considerando abusiva a publicidade direcionada ao público infantil com a intenção de persuadi-lo ao consumo.

A ação pede que o Google seja obrigado a disponibilizar um aviso na página inicial do canal Youtube ou em todos os vídeos postados nessa plataforma, que seja proibido de veicular *merchandising* ou propaganda de produtos ou serviços protagonizados por crianças ou a elas destinados.

Também foi pedido à Justiça que determine a inclusão de uma ferramenta que permita aos usuários denunciar como impróprio os vídeos com propaganda de produtos destinados ao público infantil.

A publicidade infantil tem sido tema recorrente nas instâncias do judiciário brasileiro. Em março, uma decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a aplicação de uma multa de R\$300 mil à empresa Pandurata, por conta da campanha publicitária *É Hora de Shrek*, desenvolvida em 2007.

Segundo o anúncio, as crianças precisavam juntar cinco embalagens de qualquer produto da linha Gulosos Bauducco e pagar mais R\$5 para ganhar um relógio exclusivo do filme. A empresa havia sido condenada no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e recorreu ao STJ na esperança de reverter a decisão.

Em nota, o Google informou que não foi notificado da ação e ressaltou que o YouTube é uma plataforma aberta e destinada a adultos, conforme descrito em seus termos de serviço. "Seu uso por crianças deve sempre ser feito num contexto familiar e em companhia de um adulto responsável", registra o texto.

A empresa alega que usuários e anunciantes precisam observar as diretrizes do canal e a legislação brasileira e que tanto os vídeos compartilhados como a publicidade veiculada no Youtube podem ser denunciados por qualquer pessoa, sendo excluídos se constatadas irregularidades. O Google sustenta ainda que, de acordo com o Marco Civil da Internet, não lhe cabe julgar eventuais conflitos sobre a legalidade do conteúdo dos vídeos. "A

responsabilidade do Google como provedor de aplicações é aguardar a avaliação judicial para, se for o caso, promover a remoção do material respectivo".

**Assunto: Déficit de vagas em creches é um dos desafios para os candidatos do Recife**

**Fonte:** Portal Andi

**Data:** 21/09/2016



Matricular metade das crianças de zero a três anos em creches, primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Congresso Nacional há dois anos. O déficit de vagas para crianças ainda é uma realidade no Recife e um dos principais desafios da prefeitura nos próximos quatro anos. Dados do Observatório do PNE, mantido pelo movimento Todos Pela Educação, mostram que a Capital tinha apenas 35,6% das crianças em idade de creche matriculadas em 2010, ano do último Censo.

“Os próximos gestores precisam conhecer a agenda prioritária para a primeira infância”, explica a professora Mariz Elza da Silva, presidente da União Nacional dos Dirigentes da Educação em Pernambuco (Undime-PE). O principal desafio, conta, é saber quantas crianças em idade de educação infantil estão fora da escola e buscar condições, inclusive financeiras, de ampliar a cobertura.

A prefeitura atende hoje 7,2 mil crianças em 51 creches e 28 creches-escola. Em 2010, havia 76,8 mil crianças de zero a três anos no Recife. “Nós sabemos que ainda há escassez de vagas para a educação infantil. E uma creche para funcionar em horário integral para 60 estudantes precisa de no mínimo 30 funcionários”, projeta Maria Elza.

Construir a base não é o único desafio da educação no Recife. Segundo o Todos Pela Educação, 3,7% dos jovens entre 10 e 14 anos da cidade eram analfabetos em 2010. No mesmo ano, mais de 528,7 mil recifenses acima de 10 anos não possuíam instrução ou tinham apenas o Ensino Fundamental Incompleto, de acordo com o IBGE. Em 2013, apenas 21% dos alunos de 5º ano das escolas municipais mostraram aprendizado adequado em Matemática e 28% em Língua Portuguesa, de acordo com o portal QEdú, mantido pela Fundação Lemann.

Indicador oficial da qualidade da educação desde 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é outro desafio. A rede municipal do Recife nunca conseguiu bater a meta definida para o 9º ano. E mesmo no 5º ano, série em que a meta tem sido atingida, a nota do Recife é inferior a de 18 outras capitais do País.

As soluções passam pelos 7 mil professores que ensinam 91 mil alunos em 309 unidades de ensino municipais. Quase mil desses docentes possuem apenas contrato temporário, informa a Secretaria Municipal de Educação. Entre 2013 e 2015, o Recife pagou os percentuais definidos pelo Ministério da Educação para o aumento do magistério. Em 2016, em função da crise fiscal, o reajuste ficou em 4,2%; abaixo dos 11,36% previstos pela União. Assim, os educadores, que recebiam acima do piso nacional, recebem hoje apenas o valor mínimo para o magistério.

“Nós vivemos um momento sublimar porque durante séculos se achou que a educação infantil tinha apenas um papel de ser cuidadora dos pequenos. Hoje, nós temos a compreensão de que as crianças de creche podem aprender conteúdos compatíveis com a idade delas”, diz Eunice Nascimento, coordenadora do sindicato dos professores (Simpere). Para a entidade, a questão salarial e a disponibilidade de profissionais para garantir a aula-atividade ainda são desafios. “É importante deixar claro que o piso não é teto”, resume.

Um levantamento do Simpere em 258 escolas e creches (o equivalente a 83% das unidades de ensino do Recife), revelou problemas crônicos que têm se arrastado por sucessivas gestões. Segundo a pesquisa, em 58% das escolas, professores foram afastados por motivo de doença, 31% mostraram casos de violência física contra professores e 30% registraram casos de assédio moral. Além disso, 47% não têm biblioteca, 32% não possuem acessibilidade e 28% enfrentam superlotação em ao menos uma sala de aula.

**Assunto: Brasil Alfabetizado será ampliado em 2017 e atenderá 250 mil jovens e adultos**

**Fonte:** Portal Andi

**Data:** 21/09/2016



O Brasil Alfabetizado, programa voltado para a alfabetização de jovens acima de 15 anos, adultos e idosos, será ampliado em 2017, passando de 168 mil para 250 mil alfabetizando atendidos. Esse aumento, de acordo com o Ministério da Educação, representa 50% a mais de vagas no ciclo 2017. O sistema de adesão para o novo ciclo começa em novembro próximo.

“Infelizmente o Brasil ainda tem 13,1 milhões de analfabetos, com 15 anos de idade ou mais. É um drama que temos de enfrentar com programas como o Brasil Alfabetizado, que será ampliado, e novas ações, que venham a somar esforços no sentido de reverter esse quadro”, afirmou o ministro da Educação, Mendonça Filho.

Segundo o ministro, o MEC considera a alfabetização uma política pública de educação prioritária e está trabalhando para sanar dívidas deixadas pela gestão anterior, na ordem de R\$ 138 milhões, referentes aos programas Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Lançado em 2003, o Brasil Alfabetizado é um programa de fluxo contínuo, organizado por ciclos e com duração de oito meses. No Plano Plurianual 2016/2019, a meta de alfabetizando por ciclo era de 1,5 milhão. No entanto, o atendimento no Brasil Alfabetizado vem diminuindo a partir 2013, quando abriu vagas para 1.113.450 alfabetizando. Em 2014, o número de vagas caiu para 718.961 e em 2015, com execução em 2016, despencou para 168 mil atendidos.

O ciclo atual em execução foi iniciado no ano passado, e conta com 191 entidades executoras, 17.445 turmas ativas 167.971 alfabetizando, 17.088 alfabetizadores, 2.902 coordenadores e 105 tradutores intérpretes de libras. O Brasil Alfabetizado conta com assistência técnica e financeira da União, em caráter suplementar. A verba de custeio é destinada à formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, aquisição de material escolar, aquisição de material de apoio para os alfabetizadores, alimentação escolar e transporte do alfabetizando. Além disso, o programa prevê o pagamento de bolsas aos alfabetizadores e aos alfabetizando, durante o curso.

A atual gestão identificou falhas nos programas, como uma taxa média de alfabetização de 50%, quando somente 7% dos alfabetizando continuam na EJA. O MEC vem discutindo as dificuldades do atual modelo com vários segmentos da sociedade – incluindo educadores, gestores, sociedade civil –, no sentido de corrigir as falhas e aprimorar o programa. Ao mesmo tempo, tem discutido, de forma mais ampla, políticas de educação voltadas para a alfabetização, com o objetivo de promover um combate efetivo ao analfabetismo.

<b>Assunto: Educação aprova obrigatoriedade de tradutor de Libras em sala de aula</b>
---

<b>Fonte: Portal Andi</b>
---------------------------

<b>Data: 21/09/2016</b>
-------------------------



A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que torna obrigatória a presença de tradutor e intérprete de Libras nas salas de aula dos ensinos básico e superior para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

A iniciativa está prevista no Projeto de Lei 1690/15, do deputado Hélio Leite (DEM-PA). O texto acrescenta a exigência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96).

A proposta estabelece que o profissional deverá atuar também no apoio à acessibilidade nas atividades extraescolares e em processos seletivos para cursos oferecidos na instituição de ensino.

#### **Profissão regulamentada**

Relator, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) defendeu a medida, mas fez ajuste no texto para que a contratação do tradutor observe a lei que regulamenta a profissão de intérprete de Libras (Lei 12.319/10).

O deputado observa que a legislação já assegura às pessoas com deficiência a oferta de educação bilíngue em Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da língua portuguesa, como segunda língua - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15).

#### **Tramitação**

A proposta, já aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ainda será analisada, de forma conclusiva, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Assunto: Psicóloga e mãe adotiva faz palestra em Paulista sobre sexualidade infantil**

**Fonte:** Portal Paulistaem1lugar

**Data:** 21/09/2016



A sexualidade infantil será o tema do próximo encontro do Grupo de Apoio à Adoção do Paulista (GAAP). Destinado a pais adotivos, pretendentes e o público em geral, o evento terá como palestrante a psicóloga clínica, especialista em sexualidade humana e mãe por adoção, Lúcia Soares. A programação será realizada neste sábado (24.09), das 15 às 17h, no auditório do Ministério Público, na Avenida Senador Salgado Filho, s/n, Centro, Paulista. A entrada é gratuita. Outras informações pelo fone: 9.8166.0691 ou no [www.facebook.com/gaapaulista](http://www.facebook.com/gaapaulista).



**Assunto: Colégio no Rio de Janeiro libera saia para meninos**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 21/09/2016**

**DIÁRIO** de  
PERNAMBUCO



O tradicional colégio Pedro II, escola federal fundada em 1837, não tem mais uniformes masculino e feminino. Na prática, o uso de saias está liberado para os meninos. Em 2014, estudantes fizeram um "saiato", depois que uma aluna transexual vestiu a saia de uma colega e teve de trocar o uniforme. Desde maio deste ano, o Pedro II adota na lista de chamada o nome social escolhido por alunos e alunas transexuais.

Portaria publicada em 14 de setembro lista o uniforme, sem distinguir que peças são para uso masculino ou feminino. Anteriormente, as meninas deveriam usar saia e camisa branca com viés azul e os meninos, calça de brim e camisa totalmente branca.

"Não se trata de fazer ou não distinção de gênero. Trata-se de cumprir resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (órgão ligado ao Ministério da Justiça). Eu apenas descrevo as opções de uniforme; deixo propositalmente em aberto, para o uso de acordo com a identidade de gênero", afirmou o reitor Oscar Halac.

Ele reconhece que a decisão pode "causar certo furor" pelo fato de o Pedro II estar entre as escolas mais tradicionais do País. "Tradição não é sinônimo de anacronia. Mas pode e deve significar nossa capacidade de evoluir e de inovar", disse.

De acordo com o reitor, a medida tem ainda o objetivo de "contribuir para que não haja sofrimento desnecessário" entre estudantes transexuais e levantar a discussão sobre tolerância e o respeito às diferenças. "A escola pública precisa sinalizar que é hora de parar de odiar por odiar." Na segunda-feira, 19, não havia alunos de saia ou meninos e meninas que tenham trocado camisas nas unidades do Centro e zona sul. Halac disse acreditar que serão poucos os que adotarão saias. "Aqui dentro eles estão seguros. Lá fora, ainda não."

## **Reações**

De acordo com o reitor, não chegou à direção qualquer reação negativa de pais de alunos. O manobrista Afonso Marcelo, de 50 anos, pai de uma aluna de 12, no 6.º ano da unidade Centro, não gostou da mudança. "Saia? Pelo amor de Deus. Aí é demais", comentou. Já a professora Ana Lúcia Pereira, de 49 anos, mãe de estudante também do 6.º ano, elogiou a medida. "Se o aluno se sente à vontade de saia ou de calça, não é isso que vai interferir na qualidade do ensino nem no caráter."

As estudantes do 3.º ano Fabíola Lopes, de 19 anos, e Georgia Gusmão, de 17, elogiaram a mudança. "A quebra dessa distinção de uniforme para menino e para menina permite a inclusão das pessoas que não se identificam com esse ou aquele gênero", disse Fabíola.

O Pedro II tem 13 mil alunos. De acordo com Iracema Cruz, integrante de uma das quatro comissões de pais e responsáveis, a edição da portaria foi feita depois de um longo processo. "Essa portaria atende a um anseio dos próprios alunos de poderem usar os uniformes com que se sentem à vontade."

<b>Assunto: Dois adolescentes detidos por falso alerta terrorista em Paris</b>
--

<b>Fonte: Diário de PE</b>
----------------------------

<b>Data: 21/09/2016</b>
-------------------------



Dois adolescentes, de 14 e 17 anos, foram detidos nesta terça-feira, em Paris, no âmbito da investigação sobre o falso alerta que desencadeou uma ampla operação antiterrorista no sábado passado, em Paris.

Na segunda, um menor de 16 anos, que usa o apelido "Tylers Swatting", já havia sido detido por suspeita de ser um dos hackers que invadiu a linha telefônica fixa de uma igreja do centro de Paris para ligar para as forças de segurança e comunicar uma tomada de reféns. O adolescente de 17 anos, preso nesta terça, tem o apelido de "Zakhaev Yamaha" e pode ser o segundo hacker que é ouvido na ligação à polícia.

No domingo, a revista L'Obs publicou em seu site uma entrevista com os dois jovens, que reivindicavam ter fabricado o falso alerta com o único objetivo de "fazer buzz", ou seja, atrair a atenção.

O Ministério Público de Paris abriu uma investigação por "denúncia de crime imaginário e divulgação de falsa informação com o objetivo de fazer crer em uma destruição perigosa". O falso alerta desencadeou uma vasta operação das forças de ordem e tumultuou a vida dos parisienses. O setor foi cercado e os vizinhos evacuados e confinados em suas casas.

Como a França vive em meio a novos atentados jihadistas depois de vários registrados desde 2015, esta operação provocou comoção, em particular nas redes sociais, até que se eliminou o alerta.

**Assunto: Alemanha prende refugiado adolescente por suposto elo com Estado Islâmico**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 21/09/2016



A polícia alemã afirmou nesta quarta-feira ter detido um refugiado sírio de 16 suspeito de ter ligações com o grupo extremista Estado Islâmico, o último caso de uma série de prisões de suspeitos de ter conexões com grupos extremistas.

O jovem não foi identificado, mas parece ter se radicalizado em um período curto de tempo, de acordo com a promotoria de Colônia.

Buscas feitas no celular do adolescente encontraram evidências de que ele esteve em contato com uma pessoa ligada ao Estado Islâmico vivendo no exterior e que tentava recrutá-lo para "atividades islamistas", afirmaram os promotores.

"O resultado das investigações nos indicaram que a ameaça precisava ser levada à sério", disse a polícia.

Pesquisas recentes de opinião mostram a alta dos temores, entre eleitores, de novos ataques no país. A popularidade da chanceler Angela Merkel também sofreu um tombo após a decisão inicial de permitir a entrada de centenas de milhares de refugiados no ano passado.

Na semana passada, a polícia prendeu um grupo por suspeitas de terem sido enviados à Alemanha com a missão de conduzir ataques. Os rapazes, de 17, 18 e 26 anos, tinham passaporte sírio que provavelmente foi confeccionado no Oriente Médio, no mesmo local que provavelmente fez os documentos

**Assunto: Paulista - MPPE recomenda afastamento de coordenadora de instituição de acolhimento para crianças e adolescentes**

**Fonte: Ministério Público de PE**

**Data: 21/09/2016**



Após constatar diversas irregularidades na administração da Instituição Acolhedora Raimunda Leonor Nunes (Vó Raimunda I), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito de Paulista, Júnior Matuto, e à secretária de Políticas Sociais, Esporte e Juventude do município, Mércia Falconeri, que adotem determinadas providências.

As autoridades em questão deverão afastar do cargo, imediatamente, a coordenadora da casa de acolhimento, Patrícia Luísa Nascimento Pinheiro e providenciar a apuração das ilicitudes ocorridas na instituição. O MPPE deverá ser informado, no prazo de dez dias, sobre as medidas que foram tomadas.

De acordo com a promotora de Justiça Maria Izamar Ciríaco Pontes, após a última inspeção realizada pelo MPPE na casa de acolhimento Vó Raimunda I, foram constatadas várias irregularidades na administração da entidade. Dentre os fatos apurados, foram identificados o uso indevido do carro da instituição para fins particulares, fuga de adolescente sem a devida comunicação à Vara da Infância e ao MPPE, desaparecimento de objetos e dinheiro, além de desvio de materiais sem as devidas providências por parte da coordenação da casa.

**Estatuto** - Conforme prevê o artigo 34 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº8.069/90), as crianças e adolescentes acolhidos têm direito a viver em ambiente salubre e seguro, além de serem tratadas com respeito e dignidade, garantido-se ainda escolarização, profissionalização, atividades culturais e atendimento personalizado.

A recomendação foi publicada no Diário Oficial do dia 17 de setembro.

**Assunto: Funase e UFPE realizam Seminário**

**Fonte:** Governo do Estado de PE

**Data:** 21/09/2016



A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), em parceria com a UFPE, realiza o seminário “UFPE e Funase: Abordagens sobre a Socioeducação em Pernambuco”. O evento será no dia 27/09, próxima terça-feira, com abertura às 8h30, no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Campus Recife da Universidade.

As inscrições gratuitas podem ser feitas pela internet, até o dia 26 deste mês, ou no local do evento, no dia do seminário (neste caso, serão disponibilizadas as vagas remanescentes). A Funase, presidida por Moacir Carneiro Leão, integra os quadros da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, sob a gestão do secretário Isaltino Nascimento.

O objetivo é apresentar as ações da Funase e identificar, em diálogo com a UFPE, as possibilidades de respostas da comunidade acadêmica. O seminário é destinado a professores, técnicos administrativos em educação, estudantes

dos centros, de núcleos e grupos de estudo e pesquisa, de programas ou projetos de extensão dos campi da UFPE que já desenvolvem ou desejam desenvolver ações na temática da socioeducação. Gestores e técnicos da Funase (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados, entre outros) também fazem parte do público-alvo.

A organização do seminário disponibilizará declaração de participação. O evento nasce de uma iniciativa da Funase em busca de parceria, junto à UFPE, para o fortalecimento da socioeducação de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade.

## PROGRAMAÇÃO

8h – Credenciamento

8h30 – Abertura

9h – UFPE e Funase: Abordagens sobre a Socioeducação em Pernambuco

9h40 – Programas e projetos em desenvolvimento na UFPE que dialogam com o tema a partir da pesquisa e da extensão

Professora Valéria Nepomuceno (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Política da Criança e do Adolescente – Gecria-CCSA-UFPE) ; Edelson de Albuquerque – Projeto de extensão “Educando para a Vida” (Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi-UFPE)

10h30 – Pré-lançamento do livro “Educar ou Punir? A realidade da internação de adolescentes no Estado de Pernambuco” (Unicef–Cendhec–Gecria); Participação especial de egressos da Funase

11h – Roda de Diálogo: Proposições e Encaminhamentos

12h30 – Encerramento